

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS

Francinilton Moreira Ferreira ¹

Ayrton Rodrigues da Costa ²

Cleide de Sousa Sabino ³

Wainer Furtado Neves ⁴

RESUMO

O presente artigo tem por objeto de pesquisa a educação inclusiva, dada a importância desse tema, uma vez que esta implica numa mudança em todo o âmbito escolar, a fim de proporcionar aos educandos a atmosfera ideal para que se desenvolvam as competências e habilidades dos alunos especiais, o que por vezes é negligenciado ou não se faz por incapacidade de quem é responsável por essa demanda. Por meio deste trabalho busca-se discutir a educação inclusiva no Brasil atualmente, sendo esse um tema de fundamental importância a aprendizagem efetiva dos alunos especiais, com a finalidade de fazer com que as escolas sejam, de fato, ambientes inclusivos de ensino e aprendizagem. Neste cenário, os alunos especiais se veem marginalizados, a divisão estratégica de alunos pode resultar numa segregação, que prejudica sistematicamente aqueles que desde sempre carecem de uma educação inclusiva real. A pesquisa tem um caráter bibliográfico trazendo como base trabalhos de pesquisa baseados nas teorias sócio-interacionistas de Vygotsky e Feuerstein, discutindo também como estas tendências podem contribuir para uma educação inclusiva que se aproxime da ideal na contemporaneidade. Uma resposta a esses questionamentos seria a conscientização dos alunos, e o acolhimento por completo do aluno especial, que por vezes é tratado como objeto e não como sujeito dessa construção de atitudes, além disso, não nota preocupação em promover o encontro entre semelhantes, para que eles expandam a significação de si através da troca de experiências, essa interação favorece a autonomia, pelas relações que oferecem muitas referências.

Palavras-chave: Educação inclusiva, alunos especiais, autonomia, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Maranhão, franciniltonferreira28@gmail.com

² Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Maranhão, ayrton.edu@outlook.com

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Maranhão, cleide.calp@gmail.com

⁴ Mestre em Cultura e Sociedade, Especialista em Educação e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão – wainer.neves@ifma.edu.br

A educação inclusiva pode ser concebida como um modelo de ensino contemporâneo como meio de garantir o direito de todos à educação. Pressupõe que a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas. Isso implica na transformação cultural, prática e de políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

Para Vigotsky (1938/1988) “todo o funcionamento psicológico do indivíduo tem profundas raízes sociais”. Segundo o autor, cada função aparece a dois níveis no desenvolvimento cultural da criança.

“Primeiro ela manifesta-se a nível interpessoal, como categoria interpsicológica e, apenas posteriormente, em nível da criança como categoria intrapsicológica. Podemos sintetizar esta ideia referindo que em vez de ajudar as crianças a contornar potenciais mundos isolados, a nossa escola especial ou os diagnósticos precipitados e descontextualizados da vida social, normalmente desenvolvem nos alunos tendências que os dirigem em direção a um maior isolamento, não apenas social, mas igualmente individual, desconhecendo e levando ao esquecimento das suas capacidades, pois é na relação com os outros que nos conhecemos.”(GAITAS, 2010)

Se há hoje uma discussão sobre educação inclusiva, é porque durante muito tempo esse público era excluído socialmente. Durante muito tempo essas pessoas sofreram pratica de abandono, negligência, e até de extermínio. O processo de inclusão acontece num ritmo muito desacelerado, e por métodos que ainda precisam ser muito aperfeiçoados ou modificados.

A inclusão de alunos especiais no regime de ensino regular é um desafio muito grande, devido a crescente demanda apresentada e ao numeroso acervo de especificidades de casos de deficiência. No Brasil, “cerca de 45,6 milhões de pessoas apresentavam algum tipo de deficiência, que representavam quase 24% da população brasileira” (IBGE, 2010). Diante do problema da inclusão de um publico tão numeroso e carente de socializar-se e se sentir parte da sociedade, com todos os benefícios, causados pela formação devida de um cidadão, com acesso a educação, há sempre a necessidade de criação e discussão de novas metodologias e abordagem em relação a esse publico no âmbito escolar.

Infelizmente, o cenário encontrado é de um aumento de demanda não acompanhado pela estrutura de ensino. Além disso, é visto que, há falta de estrutura física e humana para receber tal demanda e que há carência de formação adequada aos profissionais que irão lidar com essa clientela.

As sociedades percebem de forma distinta os tipos de deficiência e a capacidade limitada de atores sociais e governamentais para acomodar necessidades especiais, muitas vezes colocando-as a margem. As pessoas com deficiência vivenciam desigualdades na sua vida diária e têm menos oportunidades de ter acesso a uma educação de qualidade e de se desenvolver num ambiente inclusivo. (UNESCO, 2017).

A urgência de discussões a respeito desse tema é potencializada pelo aumento da visibilidade alcançada por esse público recentemente e aos anseios da população em atender com mais eficácia e urgência às necessidades de portadores de algum tipo de deficiência. Há um consenso geral de que essas pessoas precisam ser vistas e atendidas de modo pleno e que isso trará uma nova perspectiva a respeito da evolução humana.

O principal objetivo deste trabalho é discutir as como os desafios da inclusão de alunos especiais vêm sendo encarados nos últimos tempos, se as táticas utilizadas pelos responsáveis por isso estão de fato proporcionando a inclusão, se os alunos com necessidades especiais estão sendo protagonistas de seu processo de ensino-aprendizagem e quais fatores estão sendo fatores dificultantes na assimilação de competências e habilidades inerentes a cada etapa da vida escolar.

Buscando na literatura, no estudo de artigos, livros e outros recursos a respeito do tema, que discutem e sugerem novas abordagens e metodologias para inserir o público que está em discussão, pode se observar que desde a antiguidade a educação de pessoas com deficiência foi construída com muita luta, cercada de exclusão e segregação.

No Brasil, mesmo em ritmo lento a educação de alunos com deficiência tem sido fortalecida através de leis e decretos como o DECRETO No 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 que determina em seu Art. 3º:

“Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.”(WILLOW..., 1999)

Pela LBD que determina políticas de inclusão como: Currículo adaptado também chamado de currículo funcional: é preciso adequar currículos, técnicas, métodos avaliações, tudo o que for necessário para que o aluno tenha acesso ao conhecimento; Terminalidade específica: trata-se do momento em que o aluno não tem mais condições de evoluir na construção do conhecimento, assim, é ofertado a ele a conclusão apenas do ensino fundamental. A decisão é tomada a partir de avaliação da equipe multidisciplinar e a medida é aplicada em casos de deficiência intelectual grave, para que o aluno possa dar seguimento à

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

sua trajetória, seja EJA ou ensino Profissional; Aceleração de estudos: é ofertada aos superdotados e alto habilitados. Esses alunos são atendidos por um professor especialista, diferente dos professores capacitados que atendem aos demais alunos dessa modalidade; Os programas suplementares da educação básica também se estendem a educação especial; É preciso ofertar também educação especial para o trabalho.

Apesar do atendimento ser preferencialmente ofertado na rede regular de ensino, há outra possibilidade de atendimento para esses alunos, que inclusive é um dever do Estado, o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Em caso de necessidade devido às condições do aluno, a escola deve ofertar o AEE e este pode ainda ser matriculado na rede especial de ensino. Lembrando que a preferência é pelo ensino regular. (Nogueira, 2019).

E mais recentemente a BNCC, recomenda o efetivo cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Que determina no Art. 28, “a incumbência do poder público em assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar políticas voltadas a este público.” (PLANALTO, 2015)

METODOLOGIA

Esta seção aborda a escolha da metodologia e a forma como se desenvolveu a pesquisa. Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva do acervo de obras a respeito deste tema, como consulta de livros, periódicos, dissertações, leis, decretos e artigos da internet com fontes primárias e secundárias, buscando revisar a literatura e apreender a realidade estudada.

O plano de investigação e exposição do estudo a ser realizado se baseará no levantamento, análise e seleção da literatura referente ao objeto de estudo, especialmente relacionado ao campo da inclusão. Levantamento e análise da legislação sobre educação inclusiva, de modo a perceber que mudanças forma inseridas na lei visando integrar a inclusão no cenário de mudanças. A pesquisa é tão somente qualitativa e se traduz em conceitos e ideias, buscando formular questionamentos e possíveis respostas às questões apresentada.

DESENVOLVIMENTO

A escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa é algo que se deve buscar incessantemente, tendo em vista que o cenário que encontramos nos dias atuais é que a escola está recebendo o aluno com necessidades especiais sem a preocupação de se realmente proporciona o que este aluno precisa, por vezes, preocupa-se apenas em não prejudicar o ensino dos demais educandos e não pensa na formação plena dos alunos com necessidades, já que de uma maneira geral os distribui em várias turmas deixando a cargo de cada professor a exclusiva atenção e assim os isola de outros casos parecidos que lhe proporcionaria a aprendizagem em conjunto e descartando a vivência como instrumento primordial para o conhecimento.

Esse processo pode ser muito prejudicial ao que Vigotsky tinha como ideal em seus estudos sobre a psicologia, quando dizia que: “Na ausência do outro, o homem não se constrói homem... a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade a seu redor - ou seja, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem”. (FERRARI, 2008).

Em um estudo de caso (GÓES, 2015) buscou analisar o caso de dois alunos surdos de uma escola na sala regular e constatou que os alunos, por estarem isolados, tinham muita dificuldade de interagir e de realizar as atividades com seus colegas e professores. Interprete em sala poderia amenizar o problema, mas não resolver, pois além disso deveriam ser feitas alterações nas metodologias e currículos para atender as necessidades destes alunos. O aluno surdo com intérprete lhe auxiliando e discutindo o que a professora diz cria dois ambientes em sala e o agravante é a falta de conexão entre eles.

A falta de uma diretriz mais clara e eficaz quanto ao atendimento de alunos especiais tanto em classe, quanto em locais especializados, que deveriam ser mais numerosos e presentes, já que muitas vezes estão longe do público alvo ou defasadas, impossibilita uma ação mais promissora, pela falta de vínculo entre os ambientes. Nesse sentido, o aluno inserido no contexto escolar, mas, sem inclusão de verdade, inviabiliza o que Feuerstein prega em seu discurso:

“A inteligência algo flexível que se molda em decorrência da interação humana. O bom funcionamento das funções cognitivas é responsável pelo processamento mental eficiente. Não acreditava que a inteligência fosse algo estritamente biológico que se desenvolve pela maturação biológica, como Piaget.”(GÓES, 2015)

Traz também a perspectiva de que projetos diferenciados sejam proporcionados com mais frequência aos alunos, tenham projetos diferenciados e não pequenos ajustes na escola para recebê-los, isso implica, numa escola igualada para todos justamente pela abordagem diferenciada aos alunos com necessidades especiais.

Vem ocorrendo mudanças em relação à abordagem das escolas especiais que antes tinham uma abordagem clínica, de apenas diagnosticar, e agora tem o papel de atendimento especializado e auxiliar da escola em prol de uma aprendizagem mais significativa, no entanto ainda há um caminho longo a ser percorrido.

Ainda no trabalho de (GOES, 2015) a autora destaca a importância da conscientização dos alunos, e o acolhimento por completo do aluno especial, que por vezes é tratado como objeto e não como sujeito dessa construção de atitudes, além disso, não nota preocupação em promover o encontro entre semelhantes, para que eles expandam a significação de si através da troca de experiências, essa interação favorece a autonomia, pelas relações que oferecem muitas referências. Numa analogia as palavras que podem obter vários significados dependendo do contexto que estão inseridos, o aluno especial em meio à diversidade de sujeitos e de repertórios pode adquirir meios de encontrar-se como sujeito ativo da sociedade.

Destaca diálogos com escolas e profissionais que demonstraram temor em agrupar alunos em um mesmo ambiente, como se isso fosse prejudicar ou segregar os alunos. Mas contrapõe-os dizendo que não se pode atribuir só aos sujeitos sem necessidades especiais um papel positivo. Neste trabalho, a autora deixa claro que divisão estratégica de alunos pode resultar numa segregação, que prejudica sistematicamente aqueles que desde sempre carecem de uma educação inclusiva real.

No processo de construção de estratégias para atendimento a essa clientela a BNCC dá suporte e norteia essas ações já que:

“A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; Proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido; Manter a motivação e permanência dos estudantes.”(FERRARESI, 2019)

Muitos paradigmas deverão ser quebrados para entrarmos em um novo tempo da educação. E essa mudança precisa começar com o professor rompendo seu próprio padrão de funcionamento e se abrindo para enxergar a educação além do desempenho no boletim.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a concepção deste trabalho pôde-se observar que a inclusão de alunos com deficiência ainda precisa ser muito discutida e que só se alcançará êxito na formação do sujeito pela interação do mesmo com alunos com características parecidas e através dessa interação o aluno especial pode adquirir autonomia e formar uma identidade própria.

A universalização e a democratização do sistema de ensino, em nosso país, nascem do desejo da sociedade e governantes em garantir o ensino na e para a diversidade, incorporando o conceito de necessidades educacionais especiais. No entanto, quando alude à concepção de uma escola pluralista – Escola para Todos – é comum se deparar com a distância entre o que é publicado na legislação brasileira e o que se vivencia na sociedade.

A simples distribuição de alunos especiais não seria suficiente para alcançar resultados satisfatórios ainda que estes tenham o apoio de cuidadores ou tutores que lhes auxiliam, mas da interação com o meio, com a diversidade de pensamentos, e de casos que lhes sejam próximos para que estes se sintam inseridos de fato no ambiente escolar.

Como resposta à demanda da inclusão deve-se procurar instruir melhor os professores, familiares, e proporcionar momentos de interação entre esses três pilares: comunidade escolar, família e aluno. E buscar cada vez mais a aceitação dos alunos sem deficiência com relação a estes alunos, além de proporcionar que eles tenham atendimento especializado, também na escola, e que eles possam ter todas as experiências possíveis com alunos com a mesma condição deles por que só com um trabalho conjunto, complexo, variado de estratégias, será possível alcançar os resultados almejados. A inclusão já está andando, a passos curtíssimos, mas, com muito trabalho, melhores resultados virão.

A ideia de educação inclusiva deixará de ser utópica quando todos os educadores se derem conta da sua condição humana. A partir da tomada de consciência desta condição abre-se a possibilidade de agir com coragem, ou seja, de buscar alternativas de ação pedagógica com o coração, não com um coração piedoso, mas um coração que busca construir uma relação de igualdade de aprendizagem com seus pares. É só olhar para o diferente como seu par e juntos conquistarem o prazer em aprender a aprender, por mais difícil que possa parecer. (OLIVEIRA, 2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as informações relatadas nesse estudo percebe-se que a inclusão de alunos com necessidades especiais no Brasil ainda está longe de atingir o seu ápice e que

ainda teremos que percorrer um longo caminho para atingir o objetivo da formação adequada dos educandos.

Para conseguir o resultado que se espera é preciso que novas estratégias sejam criadas a fim de estabelecer um atendimento mais amplo e eficaz é preciso proporcionar com que os alunos com deficiência possam ter contato com as mais diversas formas de vivência para que possam se sentir parte do processo de ensino aprendizagem. A simples inserção destes no ambiente escolar sem a devida atenção a essas premissas pode ter um efeito contrario, de exclusão e trazer um ambiente em que o aluno se sente incapaz retraído diante de um ambiente que não é acolhedor como deveria ser.

REFERÊNCIAS

FERRARESI, S. **As contribuições da BNCC para uma educação inclusiva**. Disponível em: <<http://inclusaonaescola.com.br/as-contribuicoes-da-bncc-para-uma-educacao-inclusiva/>>.

Acesso em: 23 set. 2019.

FERRARI, M. Lev Vygotsky, o teórico do ensino como processo social. **Blog Nova Escola**, 2008.

GAITAS, R. Educação E Psicologia. v. 2, p. 359–375, 2010.

GÓES, M. C. R. DE. Desafios da inclusão de alunos especiais. p. 16–34, 2015.

IBGE. **População residente por tipo de deficiência permanente**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>. Acesso em: 18 set. 2019.

OLIVEIRA, M. S. B. W. E M. A. C. **Educação inclusiva: Desafios para o cotidiano escola**. [s.l: s.n.].

PLANALTO. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

UNESCO. **Pessoas com deficiência no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/persons-with->

disabilities/>. Acesso em: 21 set. 2019.

WILLOW..., G. No Title フランス世紀末のワグネリズムとドビュッシー.

日本ワーグナー協会編『ワーグナーヤールブーフ1999 特集：アンチ・ワーグナー』,

v. 38, n. 3, p. 東京：東京書籍：pp. 36-54, 1999.